

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



TRABALHADORES-ALUNOS: motivações e desafios que configuram um cenário de luta

Beatriz Silva Marques
Universidade Federal e Mato Grosso do Sul – CPNV
beatrix07@live.com

Marco Antonio Costa da Silva
Universidade Federal e Mato Grosso do Sul – CPNV
marco.silva@ufms.br

Eixo Temático: Educação, Saúde e Sociedade

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a trajetória do Trabalhador-aluno em relação as suas dificuldades, motivações e desafios para concluir o curso superior em universidade pública. Trata-se de uma temática relevante à medida que se observou uma ascensão maior desse público ao ensino superior noturno público. A pesquisa realizada teve natureza qualitativa, com abordagem descritiva. Os dados foram coletados com a aplicação de entrevistas, análise de documentos e observação. Os resultados da pesquisa evidenciam que a condição do Trabalhador-aluno da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Câmpus de Naviraí, é pouco discutida e que os alunos enfrentam dificuldades elevadas para concluir o curso, muitas vezes, levando a um elevado sofrimento e evasão.

Palavras-chave: Ensino Superior; Trabalhador-aluno; Trajetória. Desafios.

1 INTRODUÇÃO

Durante o curso de graduação em ciências sociais, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tive contato com muitos alunos e percebi as dificuldades encontradas pelos colegas que trabalhavam e estudavam ao mesmo tempo para permanecer e concluir o curso. Em muitas situações, a condição de aluno e trabalhador evidenciou importantes dificuldades que acarretavam, por exemplo, em sérias dificuldades de acompanhar o curso, resultando predominantemente em evasão.

O que percebi durante esses anos é que a discussão sempre foi superficial, ora acusando alguns professores pela falta de sensibilidade em relação a “condição do trabalhador-aluno”, sendo acusado, por exemplo, de obrigar os acadêmicos a ter uma carga muito alta de leitura e outras atividades que o estudante não conseguia cumprir, e de muitas vezes, rotular o aluno de “vagabundo” por não cumprir com suas atividades na universidade, em situações específicas, alguns professores até colocam em discussão o fato de que a universidade pública não deveria ser tão democrática, permitindo o acesso de pessoas sem condições de estar no ensino superior, muito menos em um curso de ciências sociais.

Por outro lado, os estudantes defendem a necessidade de conciliar jornadas duplas ou triplas, principalmente no caso das mulheres com filhos que além de trabalharem e estudarem, ainda cumprem a jornada de mãe, dona de casa, esposa e outras responsabilidades imputadas historicamente a mulher. Sempre esperei que a condição do trabalhador-aluno fosse reconhecida na e pela universidade, pelo menos, sendo discutida de forma mais profunda no curso de ciências sociais, uma vez que constitui um fenômeno social atual e relevante.

O trabalhador-aluno constitui um fenômeno social relativamente jovem e tem sua expansão, principalmente a partir do fenômeno da democratização do acesso ao ensino superior, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) evidenciam que o ensino superior brasileiro experimentou em período de 15 anos com expansão da oferta de vagas e aumento do número de matrículas, saltando de 4 milhões vagas em 2003, para 7,8 milhões em 2014 (INEP, 2017). Apesar da oferta de vagas no ensino superior estar concentrada na rede privada (87,4%), de acordo com dados do INEP, a rede pública de ensino superior experimentou um aumento substancial de oferta de vagas e matrículas representando 60% matriculados em Universidades (INEP 2017).

O Brasil tem uma universidade que foi constituída tarde, da mesma forma, o processo de democratização ao acesso, também. Tal perspectiva significou para muitas pessoas

a oportunidade de cursar o ensino superior. Entretanto, para muitas dessas pessoas, a realização do curso superior se deu na condição de trabalhador-aluno. Como fenômeno social recente, a condição do trabalhador-aluno ainda precisa ser mais investigada sob vários aspectos teóricos-metodológicos, por exemplo, a condição dos estudantes na relação com o trabalho, a qualidade da formação que é possível, a posição dos professores nesse contexto, a posição da instituição, sobretudo nas dimensões relacionadas ao sofrimento dos estudantes.

Considerando o exposto, surgiu particularmente a necessidade de pesquisar sobre essa relação. Assim, a pergunta que se busca responder é: como se dá a trajetória do aluno-trabalhador no Câmpus de Naviraí (CPNV) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)?

Para responder a essa pergunta estabeleceu-se como objetivo da pesquisa, analisar a trajetória (desafios, motivações, sofrimento, conquistas) do trabalhador-aluno no CPNV/UFMS.

A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória. Foi realizada uma pesquisa de campo no Câmpus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os dados foram coletados com a aplicação de entrevistas, coleta de documentos e observação. Os resultados da pesquisa indicam que a condição de aluno-trabalhador é pouco discutida no âmbito do CPNV e que os alunos enfrentam dificuldades elevadas para concluir o curso, muitas vezes, levando a um elevado sofrimento e evasão.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – DO SONHO À GRANDES DIFÍCULDADES

Segundo Comin e Barbosa, houve no Brasil uma rápida expansão do ensino superior:

O quadro educacional brasileiro se alterou substancialmente nas últimas três décadas: segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 1982, a escolaridade média do brasileiro era de 3,5 anos de estudo; em 2009, esse valor chegou a 6,1. Em 27 anos, a educação formal da população brasileira quase dobrou. Considerando os níveis educacionais completos, em 1995, quando a média de anos de estudo da população como um todo já era de 5,2 anos, 78,4% não possuíam nenhum nível de ensino completo, 9,6% tinham o ensino fundamental completo, 8,8% o ensino médio completo e 3,3% o ensino superior completo. Embora a variação da média de anos de estudo entre 1995 e 2009 tenha sido de pouco menos de um ano, a distribuição dos indivíduos, quanto aos graus completos, se alterou

enormemente: 59% não possuíam nenhum nível de ensino completo, 13,5% possuíam ensino fundamental, 21% ensino médio e 6,5% ensino superior. A quantidade de pessoas sem níveis de ensino completos se reduziu em números absolutos e relativos, enquanto, paralelamente, os níveis de ensino mais elevados foram os que apresentaram crescimento mais acelerado, bem acima da média, dobrando sua participação relativa. (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 77).

Houve de fato uma extensa inclusão de pessoas de baixa classe no ensino superior, sejam elas pardas, negras ou indígenas via sistema de cotas ou não, facilitando o acesso ao ensino superior público ou privado. Dados do INEP (2015) evidenciam o grande crescimento do ensino superior no Brasil, conforme a tabela 1.

Conforme se observa, os dados evidenciam um elevado percentual de matrículas no ensino superior. Ainda segundo o INEP (2017) a educação superior vem aumentando seu número de matrículas, consistentemente, desde o ano de 2003, culminando com um total de 7,8 milhões de alunos no ensino superior.

Tabela 1: Expansão do Ensino Superior no Brasil

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total Geral					Total	Total
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável		
Brasil	8.027.297	5.516.151	1.471.930	1.010.142	29.074	4.273.155	144.876
Pública	1.952.145	1.195.020	578.997	149.209	28.919	1.663.222	144.876
Federal	1.214.635	800.417	323.295	68.862	22.061	1.068.101	144.876
Estadual	618.633	301.873	233.222	76.699	6.839	545.485	.
Municipal	118.877	92.730	22.480	3.648	19	49.636	.
Privada	6.075.152	4.321.131	892.933	860.933	155	2.609.933	.

Fonte: INEP (2017)

Segundo Comin e Barbosa (2011), nos anos de 1990, houve grande expansão do desemprego, o mesmo impulsionou a volta de desempregados aos estudos pela busca de aumento de empregabilidade. Assim, “o aquecimento do mercado de trabalho e o aumento da renda dos mais pobres lhes infundiram otimismo e renda para suportar a árdua convivência das jornadas extensas de trabalho com o estudo noturno” (2011, p. 94). Consequentemente, a busca por melhores condições de vida tem ocasionado tribulações cotidianas e busca por qualificação.

Mas afinal, a que se deve essa abertura que possibilitou que houvesse esse maior acesso onde trabalhadores assalariados, indivíduos pertencentes a grupos de menor renda pudessem também estudar? Ainda sob as colocações do trabalho de Comin e Barbosa, um trabalho com grande ênfase porcentual, proveniente de gráficos e bastante minucioso, a resposta está dada de forma sucinta:

Desde meados da década de 1990, assistimos a um conjunto de reformas institucionais que induziram à forte expansão do ensino superior. A estratégia básica no momento inicial foi a de estimular a oferta por meio de instituições privadas, seguida de uma flexibilização na oferta de cursos, criando alternativas ao bacharelado convencional de quatro anos, através de cursos sequenciais, tecnológicos e à distância. *Grosso modo*, até então, as universidades públicas atenderam às demandas educacionais das classes médias e altas; ao setor privado em expansão coube crescentemente a missão de absorver estudantes provenientes de estratos de renda inferiores, adequando-se a seus reduzidos orçamentos. O crescimento do setor privado fortaleceu, assim, a provisão de educação superior, u, através de cursos de baixo custo, em geral voltados às humanidades, ao direito e à administração. A oferta de cursos das chamadas "ciências duras", como engenharia, medicina, física, biotecnologia e química, permaneceu, majoritariamente, sob iniciativa das universidades públicas (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 76).

As políticas públicas, principalmente a partir do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram definitivas para o acesso e permanência de camadas mais pobres ao ensino superior no Brasil. São exemplos dessas Políticas o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que constitui um programa do Ministério da Educação que financia a graduação na educação superior de cursos não gratuitos (MINISTRÉTIO DA EDUCAÇÃO, 2016), e temos também um dos sistemas mais conhecidos atualmente o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que recupera a nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e seleciona as melhores notas destinadas a um curso em Universidade Superior Pública, mecanismo esse que mesmo não constituindo a forma mais adequada, possibilitou o acesso das camadas menos favorecidas da população ter acesso a Universidade Pública (SISU – Sistema de Seleção Unificada, 2017).

Destaca-se ainda, os programas voltados para a permanência do acadêmico na universidade como é caso da Bolsa Permanência e o Auxílio Alimentação, bem como o programa de Moradia Estudantil (PRAE –Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2017) dentre muitos outros, que objetivam abrir portas, disponibilizando dentro das universidades diversos programas que auxiliam alunos com baixa renda, que sob a execução de atividades acadêmicas recebem bolsas.

Ocorre, no entanto, que nem sempre o acesso é suficiente para garantir que o acadêmico consiga terminar o curso superior. Muitas políticas de permanência oferecidas pelo Governo Federal, não conseguem alcançar todos os alunos que conseguem via SISU chegar a universidade pública, o que aumenta muito as dificuldades, uma vez que esses alunos são obrigados a trabalhar para conseguir estudar.

2.2 DA LEI AO CURSO SUPERIOR: MUITAS LUTAS E CONQUISTAS

Para a produção deste trabalho, um dos documentos utilizados é referente ao Estatuto do Trabalhador, onde se encontra o código do trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e também o documento que regulamenta a Lei n.º 99/20043, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho que se trata da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho. O propósito é reconhecer o material onde constam os direitos e deveres de um trabalhador-aluno, levando em consideração algumas observações pessoais que impulsionaram minha pesquisa, apoiado em discussões teórico-empíricas Comine Barbosa (2011), Carvalhal (2008), Moreira; Lima e Silva (2011), que discutiram o cenário de um cidadão ou cidadã que trabalha e estuda. Assim utilizei tais textos procurando relacionar com as leis, tendo também como ênfase a zona de conflito com relação a condição de trabalhador-aluno.

De maneira geral, percebe-se que o maior problema que permeia o trajeto do trabalhador estudante é a dificuldade de conciliação entre as atividades, fazendo da força de vontade por diferentes objetivos a maior motivação.

Comumente, muitas pessoas trabalham e estudam buscando conciliar as atividades da melhor forma sejam elas mães, pais de família, ou jovens que buscam contribuir em casa com renda mensal, pessoas que almejam uma vida de melhor qualidade estando diante de variadas condições. Desistir é algo comum para muitos que enfrentam dificuldades pelo caminho enquanto uns se quer notam.

Cabe destacar que o Estatuto do Trabalhador oferece algumas prerrogativas e proteções ao estudante. No Artigo 89.º do Estatuto do Trabalhador, faz-se considerações acerca de como deve ser tratado um trabalhador aluno, destacando que independendo nível de educação escolar, salientando que, para gozar dos benefícios concedidos pelo estatuto o trabalhador deve-se atingir aproveitamento escolar no ano letivo anterior.

O Artigo 90.º ressalta a organização do tempo de trabalho, estabelecendo alguns ajustes em prol do desfavor de tais dificuldades, ajustes que necessitam de reconhecimento, pois, o trabalhador estudante possui direito à dispensa do trabalho para a freqüência das aulas e

deslocamento ao estabelecimento de ensino, fatores relevantes em que mesmo contendo uma limitação de horas semanais, dispõe de um favorecimento a conciliação das atividades. Conforme se observa nas alíneas do inciso 3 do Artigo 90.^º, o estudante tem direito a:

- a) Três horas semanais para período igual ou superior a vinte horas e inferior a trinta horas;
- b) Quatro horas semanais para período igual ou superior a trinta horas e inferior a trinta e quatro horas;
- c) Cinco horas semanais para período igual ou superior a trinta e quatro horas e inferior a trinta e oito horas;
- d) Seis horas semanais para período igual ou superior a trinta e oito horas (BRASIL, 2009, p. 1).

O artigo assevera no inciso 8, que “O trabalhador estudante que preste trabalho suplementar tem direito a descanso compensatório de igual número de horas”(BRASIL, 2009, p. 2) ou seja, descanso compensatório às horas extras.

Como se observa, a lei facilita ao estudante o direito de compensar horas de atividade de trabalho que sejam utilizadas para atividades de educação.

Muitos trabalhadores estudantes mesmo estando diante da sobrecarga de trabalho e dos estudos superam as dificuldades, apresentam suas monografias e são aprovados. Sendo assim, diante das várias particularidades, cabe aqui destacar as principais motivações e desafios que giram em torno da construção de um cenário no qual a figura principal é o trabalhador-aluno que trabalha no período matutino e vespertino, estuda em universidade no período noturno predominado pela insistência. Enfatizo ainda que grande parte dos que vivenciam essa realidade são pessoas que buscam mudar o quadro de vida, almejando melhorias após sua formação.

A temática aqui trabalhada apresenta várias situações e muitos exemplos são mencionados em inúmeros artigos. Carvalhal (2008) destaca exemplos de famosos como o da Cantora Sandy que, conforme a autora, concluiu o segundo grau com muita dificuldade e mesmo tendo interesse em cursar psicologia e passando em 10º lugar no vestibular, não pode seguir, exaltando que é sempre muito difícil estudar e trabalhar. Segundo a autora,

Optar entre o estudo e a carreira é sempre uma difícil decisão a ser tomada, pois a escolha pode ser crucial para o futuro do indivíduo, que corre o risco de parar de estudar, não ser bem sucedido na profissão e se arrepender, ou então continuar estudando, não conseguir cumprir os compromissos de trabalho, comprometer a carreira profissional e ficar frustrado (CARVALHAL, 2008, p. 3).

O exemplo de um famoso, não constitui o melhor dos mundos sobre essa relação estudo-trabalho, mas ajuda a compreender que a situação é complexa. De acordo com Carvalhal (2008), a questão de organização de tempo de trabalho é algo extremamente importante, considerando este o fator de contribuição para exaustões diárias. Várias pessoas estão posicionadas a condições que podem facilitar a realização do curso, porém, a má gestão de tempo livre também resulta em dificuldades, como mencionado pela autora:

O emprego ou estágio que permite ao estudante trabalhar apenas meio período facilita muito a conciliação das duas atividades, porém, a maioria trabalha em tempo integral e mesmo aqueles que só trabalham um turno passam dificuldades para administrar o seu tempo. Foi o que aconteceu com Carmem Lúcia, Engenheira formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela conseguiu um estágio para cobrir os seus custos pessoais, já que estudou em uma universidade pública. Só trabalhava 3 horas por dia e mesmo assim, por não conseguir organizar o tempo livre, acabou perdendo muitas matérias. Poderia ter me formado em 5 anos e terminei me formando em 7, conta Carmem. Essa capacidade de administrar o tempo demanda habilidade, esforço e exige determinação por parte de estudantes que além de precisar se concentrar nos estudos e trabalhar necessitam ter condições financeiras para chegar a se formar (CARVALHAL, 2008, p. 3).

Notamos que organizar as tarefas diárias é essencial, embora alguns não trabalhem e que, por exemplo, morem com os pais e possuem esse tempo, há o risco do mal gerenciamento afetar no rendimento acadêmico, o que não é algo fora do comum.

Dentre as distrações, podemos citar as redes sociais como um dos fatores responsáveis, aliás, trata-se de uma questão que não só ocupa tempo dos acadêmicos em casa, mas também na universidade ou na escola como tenho notado grandemente durante meus estágios pela utilização de celulares. Incrível e lamentável o poder de coerção das redes sociais sobre as pessoas. Elas aprisionam indivíduos deixando faltar tempo para atividades importantes, embora seja uma questão pertinente ela não é objeto específico desta pesquisa, devendo ser alvo de maiores investigações.

Nos dias de hoje, é muito difícil encontrar uma pessoa que não usufrua de redes de comunicações virtuais. Não faltam exemplos de mecanismos em que docentes e discentes também se relacionam para facilitar na aquisição de um texto, informações, receber atividades. Infelizmente, muitos trabalhadores alunos sequer possuem tempo para checar as notificações, vindo a perder atividades e ganhar atrasos nos estudos. Assim, durante a graduação observei casos de acadêmicos que trabalhando desde jovens, desconheciam programas como Word, Power Point e acabaram perdendo atividades acadêmicas porque chegaram à universidade sem um curso de informática ou com dificuldades em trabalhar com computadores. Sabemos que

para apresentação de trabalhos, manusear tais programas é essencial. Tal perspectiva traz sofrimento ao acadêmico, conforme destacou Carvalhal:

O lado psicológico do estudante sofre transformações diante de tantas questões pendentes a resolver: financeira, preocupação com os estudos, cansaço físico associado a um dia estressante de trabalho (CARVALHAL, 2008, p. 5).

No ambiente profissional, sem sobras de dúvidas, há maiores privilégios aos que possuem formação acadêmica, o que tornam muitos brasileiros trabalhadores alunos, porém certificado em mãos não é garantia de trabalho principalmente rápido, ainda assim trata-se de um meio mais viável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo tem natureza qualitativa, com a aplicação de uma pesquisa de Campo. A pesquisa qualitativa tem o objetivo de analisar cientificamente peculiaridades e subjetividades do objeto analisado (LAKATOS, 1992; VIANNA, 2001). Já a pesquisa de campo possibilita que se resgate aspectos relacionados à condição de participação de trabalhadores-alunos no CPNV.

Os sujeitos escolhidos para participar da pesquisa cinco trabalhadores-alunos são dos cursos de ciências sociais e pedagogia da UFMS/CPNV. A escolha desses sujeitos se deu de forma intencional, considerando o fato de serem ou terem sido trabalhadores-alunos e de aceitarem participar da pesquisa. Para efeito desta pesquisa os sujeitos serão chamados de Trabalhador-aluno um; Trabalhador-aluno dois; Trabalhador-aluno três; Trabalhador-aluno quatro e Trabalhador-aluno cinco.

Os dados foram coletados a partir da utilização de dois instrumentos: 1) entrevistas semiestruturada; e; 2) documentos (LAKATOS, 1992). A entrevista constitui, por excelência, um método adequado à pesquisa qualitativa e a pesquisa de campo, por permitir compreender aspectos mais profundos e complexos do objeto em estudo (LAKATOS, 1992). O Roteiro elaborado continha questões que buscaram informações sobre o perfil demográfico da amostra, questões relacionadas ao trabalho e a condição como universitário, bem como aos problemas e motivações relacionadas a sua condição de trabalhador-aluno.

Os documentos constituem a segunda fonte de coleta de dados. Segundo Godoy (2006), os documentos devem ser entendidos de forma ampla, abarcando materiais escritos, como políticas, normas, estatísticas e outros registros organizados em banco de dados e elementos iconográficos (grafismos, fotografias, filmes sinais, imagens), podendo ser primários ou

secundários. De acordo com Yin (2010) os documentos são fontes importantes que permitem validar e ampliar evidências oriundas de outras fontes como as entrevistas, por exemplo. Foram coletados documentos relacionados à universidade, ao curso e aos estudantes.

Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo (TRIVINÓS, 1987; VIANNA, 2001). No caso da pesquisa qualitativa, a análise dos dados constitui um processo sistemático de análise de dados que deve ocorrer já no primeiro momento que os dados são coletados. Trata-se de um ir vir sobre os dados (LAKATOS, 2006).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E DOS CURSOS

Os Cursos de Licenciatura em Ciências Sociais e de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí tem duração mínima de oito semestres e máximo 12 semestres. É constituído por quatro estágios obrigatórios que exige dos acadêmicos uma carga considerável de observações em sala de aula e observações da estrutura escolar, também análise do Projeto Político Pedagógico (PPP). Além de exigir a execução de regências, que de forma precisa, é o momento em que “se põe à mão na massa”, onde é necessária a elaboração de plano de aula, criatividade didática e que sendo aprovado em sua aula, deve ser concluído com a elaboração de um relatório minucioso que serve como requisito de aprovação da disciplina. Destaca-se ainda a necessidade de participação em outras atividades que levam tempo e exigem grande dedicação, necessárias à formação de um Professor de Sociologia, uma disciplina abrangente, que corresponde a uma ciência que estuda a sociedade abordando uma vasta carga teórica.

A amostra da pesquisa é formada por quatro acadêmicos do curso de Ciências Sociais e um do curso de Pedagogia. A média de idade dos respondentes é de 40,8 anos. Observa-se que a média de idade da amostra é bem alta se formos considerar a idade em que normalmente se ingressa na universidade. Destaca-se o fato de que é o primeiro curso superior dos sujeitos da amostra.

Os dados da amostra evidenciam que os dois sujeitos são mães e um é pai de família. Observou-se ainda que a amostra atue no mercado de trabalho exercendo as funções de Dolar, Estagiária remunerada itinerante na educação infantil, mas anteriormente durante a graduação exerceu a função de caixa em supermercado, Autônoma, serviços gerais em supermercado e

Pedreiro. Os dados mostram que três sujeitos da amostra moram na cidade de Naviraí, enquanto 2 moram nas cidades vizinhas Itaquirai e Eldorado e são obrigados a fazer a viagem todos os dias para estudar.

4.2 O TRABALHADOR-ALUNO – DESAFIOS, ANGÚSTIAS E CONQUISTAS

Uma primeira constatação importante é o fato de que a universidade pública está de fato ao alcance de uma classe da sociedade menos favorecida. As atividades profissionais desenvolvidas pelos sujeitos da amostra deixam bem claras as possibilidades que políticas públicas como o Enem e o SISU trazem para pessoas que teriam muita dificuldade de cursar universidade pública. Conforme destacou o Trabalhador-aluno dois

Sempre pensei em fazer uma faculdade quando saísse do ensino médio, só tive dificuldade quanto ao curso, pois o que eu queria não é oferecido na cidade. Então entrei em curso e frequentei durante um ano, mas não deu certo e desisti, então entrei no curso atual, e estou gostando bastante. Para mim, o estudo é o principal meio de se realizar profissionalmente, socialmente e pessoalmente, então mesmo cansativo, acredito que vale a pena.

Reforçando esse ponto de vista o Trabalhador-aluno três afirmou que

É um sonho de ter um pouco mais de esclarecimento no saber, e de poder esclarecer outros no decorrer da profissão que gostaria de exercer como Professora, plantando um pouquinho da semente do saber para glória de Deus e o bem da sociedade.

Já o trabalhador-aluno quatro afirmou que

Decidi ingressar na universidade para mudar o rumo de minha vida, sou de uma família carente, sou negra ingressei a universidade quando era vestibular, sou da segunda turma de ciências sociais, meu desafio foi estudar e trabalhar, com isso atrasou minha formação acadêmica. Só consegui concluir minha graduação em 2016, mas concluí com muito orgulho, pois hoje sou formada em uma universidade federal, não quero parar por aqui, quero cada vez mais ampliar os meus conhecimentos, e ser uma grande antropóloga, desafio aceito desafio concluído, me sinto uma negra feliz por partes e que venha novos desafios.

Na percepção do Trabalhador-aluno cinco o ingresso na universidade pode ser explicado

Porque já tinha um sonho de ingressar em uma universidade tanto que fiz três tentativas na primeira vez fiz vestibular quase consegui e a segunda ficou um pouco mais longe na lista classificação ai desisti. Portanto em 2011 decidi fazer um curso técnico o chamado Normal Médio e devido a esses cursos mediante as motivações dos professores do curso decido fazer o ENEM, pois consegui a nota para escolher um curso no Sisu escolhi o curso Ciências Sociais obtendo o mais importante a conclusão do curso.

Observa-se a partir do relato dos sujeitos entrevistados que a política de inclusão dos acadêmicos no ensino superior público tem funcionado. Sem querer avaliar seu alcance em termos quantitativos, é possível afirmar que a universidade tem cumprido parte do seu papel de dar condições de acesso ao ensino superior.

O exemplo do estágio obrigatório, citado anteriormente, evidencia um pequeno percurso que os acadêmicos desta área precisam percorrer para a conclusão do curso, da mesma forma, esse percurso é seguido por acadêmicos do curso de pedagogia, que independe de suas tarefas diárias, seja no trabalho ou em casa, são percursos que devem ser percorridos e concluídos para uma formação pensando no contexto do trabalhador-aluno. O que se observa é a necessidade de conciliação entre trabalho e estudos, com as atividades acadêmicas sendo concluídas com nível de qualidade estabelecido, bem como o trabalho assalariado também deve ser cumprido com um nível de qualidade adequada.

Mesmo considerando que alguns acadêmicos consigam realizar parte do seu estágio no período noturno, de acordo com a anuência de professores, persiste o desafio, a realidade é, todavia, muito extenuante, cansativa. Pode soar romântico o que adiante irei expor, mas é claramente difícil a busca por um futuro melhor quando conciliar tempo consiste em um desafio, mesmo podendo estar adiante de um futuro brilhante precisar trabalhar duro por que as contas estão ali para pagar; tarefa difícil seguir com um bom desempenho em ambas as atividades. Porém, comumente muitos se perdem em meio a dúvidas e desesperos de como traçar um caminho que propõe uma condição harmônica, mas o fato verídico, é que a organização do tempo, bem como das atividades, como em todos os âmbitos, é essencial (CARVALHAL, 2008).

Destaca-se o fato de que é preciso, acima de todas as atividades, colocar a saúde e o bem-estar de todos os indivíduos em primeiro lugar, horários de descanso, atividades físicas, apreciação de suas relações sociais, são passos que inevitavelmente devem estar presentes no calendário, como condição para o sucesso acadêmico.

Por vezes, me deparei com o desespero de acadêmicos que não tiveram tempo de estudar para uma avaliação, que chegaram inúmeras vezes atrasados às aulas, que deixaram de entregar trabalhos pela dificuldade de ajuste de tempo, que deixavam transparecer o cansaço no olhar, e infelizmente, optaram pela desistência. A tripla rotina que algumas mulheres são submetidas, sendo responsáveis pelas tarefas de casa, como lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, do marido e ter tempo para leitura e produção de um fichamento e ainda dar conta do trabalho, nem sempre são percebidas por professores ou gestores das empresas. Conforme destacou Carvalhal (2008), a tarefa de organizar o tempo pode evitar problemas de saúde de natureza

psicológica. Entretanto, não é uma tarefa das mais simples. Em muitas situações, acrescenta-se o fato de que muitos alunos precisam viajar todos os dias de outras cidades para fazer o curso.

De forma geral, todos os entrevistados foram unâimes em afirmar que seria muito melhor se pudessem apenas estudar, o resultado final em termos de formação se houvesse dedicação total ao curso. Sobre essa questão o Trabalhador-aluno um afirmou que “Acredito que seria mais fácil se pudesse ocupar meu tempo com os estudos, mas na realidade primeiro cumpro minhas obrigações como Mãe, Esposa e Dona de Casa, fato que dificulta minhas atividades acadêmicas, gostaria de poder me dedicar mais”.

Essas questões já foram exploradas pela literatura reforçando a essa dificuldade em conciliar as obrigações mencionadas como mãe, esposa e dona de casa com as atividades acadêmicas. Moreira *et al.*, (2011) defendem que o estado Civil e a presença de filhos também constituem fator expressivo na adequação desses acadêmicos a estrutura e ritmo da universidade. Desta forma, as atividades acadêmicas, em geral, vão ficar em segundo plano, já que outras as atividades da família e do trabalho se instalaram na vida diária dessas estudantes.

Outro aspecto apontado pelos sujeitos respondentes é o cansaço decorrente das atividades do trabalho e das rotinas da família. De forma geral, o trabalhador aluno chega a universidade exausto e tem muita dificuldade de acompanhar as atividades na universidade. Destaca-se ainda que os sujeitos sejam unâimes em afirmar que não conseguem cumprir com as atividades que são destinadas fora do horário de aula, como leituras preliminares, trabalhos, preparação de seminários, pesquisas, estudo para avaliações dentre outras.

Sobre essa questão o Trabalhador-aluno dois afirmou que é

Cansativo, além de o rendimento de um aluno que trabalha e estuda nunca é o mesmo que o de um que só estuda, porem essa jornada um pouco exaustiva é necessária para que alguns continuem estudando, como no meu caso.

Na mesma perspectiva, o Trabalhador-aluno três afirmou que:

É complicado trabalhar e estudar, pois o trabalho me ocupa 8 horas diárias, e se torna cansativo e requer um pouco mais de esforço.

Já o trabalhador-aluno quatro afirmou que

Um grande desafio misturados com lutas, pois a carga horária é de onze horas trabalhada, e precisa saber lidar com o cansaço durante o dia, tentar tirar tempo para os textos que precisa estar em dia, quando chega determinada disciplina. Por isso considero um grande desafio para quem estuda e trabalha.

O trabalhador-aluno cinco faz uma referência importante à necessidade de planejamento do tempo condição para suportar as atividades do trabalho. Segundo o sujeito

Faz-se necessário primeiramente gostar de estudar, ou seja, qual a profissão que exerce, logo porque, não é fácil, mas sabendo conciliar trabalho e estudo tudo torna —se mais fácil superar o cansaço do dia a dia.

Percebe-se que o cansaço e a exaustão permeiam de fato as atividades de trabalho e estudo, caracterizando o tempo novamente como um grande desafio. É imprescindível que se haja um bom descanso para estar propriamente dito descansado para executar as atividades; o cansaço impede o desenvolvimento. Sobre essa questão Grandjean (1998) esclarece que o cansaço pode estar relacionado a uma capacidade de produção diminuída e a perda de motivação para o trabalho. Assim, o cansaço que o trabalhador-aluno sente pode gerar uma disfunção fisiológica no organismo, causando impacto na capacidade mental, psicomotora, levando a fadiga crônica.

Destaca-se que os atrasos dos acadêmicos para chegada às aulas constituem um grave problema para o desempenho e aproveitamento. Tornou-se comum os atrasos nas chegadas as aulas, levando muitas vezes, professores a iniciar a aula as 19:30 horas, ao invés de 19:00 horas; A explicação para esse fato está na sensibilidade dos professores em reconhecer os esforços de alunos presentes para vir a estudar. Moreira et al., (2011) discutiram essa realidade afirmando que um dos problemas existentes na vida do estudante do período noturno que trabalha, é as distâncias percorridas para se chegar ao trabalho e ao local de estudo, fator muito prevalente nas grandes cidades, em locais circunvizinhos a cidades com presença de universidades.

Essa questão é complexa uma vez que, não apenas os alunos que residem na mesma cidade onde está a universidade se atrasam, mas também alunos que viajam de outras cidades vizinhas em distância de até 100km, e quase sempre vem para a universidade direto do trabalho, aprofundando o cansaço. Sobre essas questões, Filho (2007) afirmou que o trabalhador-aluno do ensino superior noturno se desloca diretamente de seu local de trabalho para a instituição de ensino, por isso, chega cansado para a realização de atividades discentes. O autor afirma que frente a isso também se encontram os períodos de estágio, já que estes são realizados, frequentemente no período diurno, fato que interfere diretamente no rendimento no emprego. Dentre as muitas dificuldades, percebemos as diversas realidades que constitui uma universidade, entretanto, o que parece não mudar nesse contexto, é o tempo como principal opressor do trabalhador estudante.

Não obstante aos fatores citados e discutidos anteriormente, destaca-se que a pesquisa identificou sofrimentos de diversas naturezas como decorrência de atitudes de professores. Para alguns professores a universidade não deve ser um lugar para todos, um ambiente onde determinados tipos de alunos deveriam estar. A discussão sobre um determinado tipo de perfil, supostamente, de um aluno mais fraco do ponto de vista da capacidade de aprendizagem ou até mesmo em termos de interesse prejudicaria o desenvolvimento das atividades do curso. Nesse

caso, alguns alunos passam a ser considerados “vagabundos” ou desinteressados, sem que se discutam as reais causas das dificuldades dos acadêmicos.

Contudo, tal perspectiva não ocorre sem que traga um desgaste importante para o aluno que sente um mal-estar por se ver apontado direta ou indiretamente como alguém que não tem capacidade intelectual para acompanhar o curso da forma como o professor acredita ser o ideal. Esse quadro gera situações de desanimo, desmotivação, revolta e, em muitas situações, leva a evasão.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar a trajetória de trabalhadores-alunos, procurando discutir desafios, motivações, sofrimento e conquistas no CPNV/UFMS.

Dentre as diversas formas de pensar conciliação entre trabalho e estudo, seria importante observar que as leis podem contribuir com o reconhecimento e atributos que facilitem a ao estudante participar das atividades acadêmicas sem prejuízos aos resultados da educação e do trabalho.

Da mesma forma, a revisão da literatura evidenciou que a discussão precisa ser ampliada se o desejo for efetivamente refletir e propor soluções que verdadeiramente estejam preocupados com a qualidade da educação e da saúde do trabalhador, ao mesmo tempo, das suas relações de trabalho.

Os dados empíricos mostraram que no CPNV a questão deve ser pensada. Os sujeitos entrevistados reforçaram os problemas discutidos na literatura, reforçando as dificuldades que têm para permanecer na universidade e concluir o curso superior.

Destaca-se o fato de que a universidade precisa discutir essas questões de forma mais profunda, procurando saídas inclusive do ponto de vista pedagógico para os problemas de excesso de carga de atividades como o único procedimento metodológico utilizado por alguns professores.

A questão da universidade como um lugar democrático do ponto de vista do acesso não pode ser confundida com mais um motivo para discriminação de um grupo de cidadãos que já é excluído. Ao contrário, se alunos com dificuldades chegam à universidade, essas dificuldades devem ser discutidas no sentido de procurar soluções.

Por fim, o principal resultado da pesquisa aponta para a necessidade de buscar saídas para melhorar a condição desse grupo grande de estudantes que precisam ser realmente inseridos na

universidade, sem preconceitos. Seria importante estudar mais questões relacionadas a inserção desses alunos.

REFERÊNCIAS

- AS REGRAS DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES.** Disponível em:
http://expresso.sapo.pt/economia/dinheiro_banco/dinheiro_planear/dinheiro_planear_Carreira/as-regras-dos-trabalhadores-estudantes=f563001 Acesso em: 20 de Janeiro de 2017.
- BRASIL. Estatuto do trabalhador-estudante.** Pará, 2009.
- CARVALHAL.** Márcia. **A Arte de Trabalhar e Estudar.** Bahia, 2008.
- COMIN, Álvaro A; BARBOSA, Rogério Gerônimo.** **Trabalhar para Estudar: Sobre a Pertinência da Noção de Transição Escola-Trabalho no Brasil,** São Paulo, 2011.
- GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- LAKATOS, E. M., & Marconi, M. A. Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1992.
- MOREIRA, Cristina Alves. LIMA, Fernanda Moreira. SILVA, Priscilla Nicacio d.** **A Difícil Tarefa de Acadêmicos de Curso Noturno em Conciliar Trabalho e Estudo,** Mato Grosso, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** FIES – APRESENTAÇÃO – Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=303. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2017.
- PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis –** Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/prae/dssae/programa-de-bolsa-permanencia-mec> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2017.
- SINÓPSES ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INPEP - Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2017.
- SISU – Sistema de Seleção Unificada –** Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2017.
- TRABALHADOR-ESTUDANTE: COMO CONCILIAR UM EMPREGO COM OS ESTUDOS?** - Disponível em: <http://saldopositivo.cgd.pt/trabalhor-estudante-como-conciliar-um-emprego-com-os-estudos/> Acesso em: 20 de Janeiro de 2017.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987).** **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.